



Número: **0800363-48.2019.8.20.5112**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Apodi**

Última distribuição : **08/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|--------------------------|
| JOSE REGINALDO DE OLIVEIRA SOUZA (AUTOR) | | KALYL LAMARCK SILVERIO PEREIRA (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 38899 548 | 08/02/2019 13:23 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 38899 567 | 08/02/2019 13:23 | 1 DPVAT | Documento de Comprovação |

Solicito a juntada de petição inicial e documentos.



À uma das Varas Cíveis da Comarca de Apodi – Rio Grande do Norte.

JOSE REGINALDO DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 761.419.934-00, com endereço no(a) Sítio Lagoa do Clementino, Zona Rural, Apodi/RN, através de seus advogados por força de instrumento procuratório, com endereço de escritório no impresso, vem a presença de V. Ex^a., propor a seguinte:

AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT

Contra os(as). Apresentando ao polo passivo o(a) **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa Jurídica de direito privado, CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP. 20.031-205; na pessoa de seu(s) representantes legais, pelas razões a seguir expostas:

Rua Melo Franco, 122, Centro,
Mossoró – RN; CEP 59.600-165.



(84) 3316-0299
klamarck@gmail.com

Pág. 1

1. FATOS

Em 24 de julho de 2018 o Requerente vinha na garupa da motocicleta de Marca/Modelo HONDA CG FAN ESI, Placa: OJV4316, conduzida por Neurivan Costa Paiva, o qual é proprietário da mesma. Vinham BR 405, contorno para o Sítio Soledade, Apodi/RN quando foram atingidos por outra motocicleta que seguia em sentido contrario, vindo a ser arremessado ao chão (documento em anexo).

O acidente resultou ao Requerente escoriações diversas e fratura de clavícula, sendo atendido no Hospital Regional Hélio Marinho em Apodi/RN onde recebeu atendimento médico (documento em anexo).

Conforme se depreende do Boletim de Ocorrência e do protocolo de Atendimento de Urgência, ambos anexos a presente, o trauma que acomete a vida do Autor foi decorrente do acidente de transito em comento.

Segundo o mesmo documento, depreende-se que em virtude do sinistro relatado acima, o Requerente sofrera danos irreparáveis, conduzindo-o à debilidade permanente com sequelas irreversíveis.

Requerendo administrativamente a indenização paga pelo seguro DPVAT, o requerente nada, conforme documento em anexo.

Sendo assim, percebe-se que a Requerente devera receber o equivalente a 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

2. DIREITO

O DPVAT é um seguro de cobertura de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, instituído pela Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis 8.441/92 e Lei nº 11.482/2007, como política de Estado para indenizar as vítimas de acidentes causados por veículos que tem motor próprio e circulam em vias terrestres.

O DPVAT é obrigatório a todos os veículos automotores, sem exceção, e deve ser pago juntamente com a cota única ou primeira parcela do IPVA, à vista, não cabendo parcelamento do mesmo. A ratio legis dessa medida é justamente para garantir o pagamento imediato das indenizações das vítimas.

Importante esclarecer que a Lei do DPVAT prevê 03 (três) tipos de cobertura, desde que haja vitimização em acidente envolvendo veículos automotores de via terrestre ou por cargas transportadas por esses veículos, sejam elas: 1º por morte; 2º por invalidez total ou parcial; 3º ou por despesas de assistência médica e suplementares, conhecidas como DAMS. Esta última modalidade prevê o reembolso de despesas devidamente comprovadas.

No caso em apreço, é nítida a subsunção normativa, pois como já relatado nos fatos, a parte autora sofreu um acidente de trânsito configurando assim, o direito de receber a indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, que tem como parâmetro indenizatório o dano/sequela sofrido pela vítima.

Vale ressaltar ainda, que os documentos acostados a inicial, **comprovam o acidente e a intensidade de sequela da vítima**, ora promovente, portanto não há motivo que justifique a demora ou a negativa da promovida em indenizar o Autor com o valor que faz jus.

Com isso fica evidente que o direito da parte autora de receber a indenização referente ao Seguro Obrigatório é mais que providos.

No caso em apreço, é nítida a subsunção normativa, uma vez que houve vitimização do Requerente em acidente de trânsito, ocasionando limitação de movimentos de natureza permanente, conforme Laudo pericial já referido.

Quanto ao direito a percepção do seguro a Lei 6.194/74, em seu art. 5º preceitua que:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuando mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Infere-se no dispositivo legal infra citado que a indenização será devida mediante a "simples" ocorrência do acidente e do "dano" por ele provado.

A Lei 8.441/92, que alterou alguns dispositivos da norma anterior, foi ainda mais genérica e no seu art.7º afirma:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores,

condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituídos, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei. (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992).

O beneficiário por invalidez permanente prevê uma indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como dispõe a Lei nº 6.194 de 19 de dezembro de 1974, alterada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, que alterou a Lei do DPVAT, senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no Art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;

II – até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente; e;

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares comprovadas.

Portanto, como se observa, fica evidente que a parte Autora em decorrência do citado acidente ficou com debilidade permanente, conforme mostra documentos anexos a presente e como provará através de perícia médica devidamente realizada por um médico ortopedista designada por este juízo.

Por fim, prudente ressaltar que a parte Requerente almeja tão somente uma indenização que lhe é própria por direito.

3. PROVAS

Para provar o alegado requer que sejam apreciados os documentos em anexo, bem como a submissão do Autor a exames médicos periciais através de peritos judiciais, no caso em tela será necessário um **ortopedista**, o qual poderá avaliar a sua real condição de saúde, sem prejuízo de qualquer outra prova em direito admitida.

4. PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

- a) Que toda e qualquer intimação desta Ação seja realizada em nome do advogado **KALYL LAMARCK SILVÉRIO PEREIRA, OAB/RN 12766**, com endereço profissional e demais contatos neste impresso, sob pena de nulidade dos atos subsequentes.
- b) Desde já a **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, por ser a parte autora pobre na forma da lei, não podendo arcar com custas judiciais sem que tenha seu cotidiano afetado.



- c) A **CONDENAÇÃO DO REQUERIDO AO PAGAMENTO EQUIVALENTE** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com as respectivas atualizações monetárias.
- d) A **CITAÇÃO DA PARTE DEMANDADA**, para querendo, apresentar defesa, sob pena de revelia.

5. VALOR DA CAUSA

Dá à presente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Respeitosamente,

Pede deferimento.

Mossoró, 8 de fevereiro de 2019.

KALYL LAMARCK SILVÉRIO PEREIRA

Advogado OAB/RN 12766

